ACADEMIA HUMANITÁRIA · HUMANITAIRES JOBS

Mini MBA Coordenação Civil-Militar Humanitária (CMCoord): preservar o acesso e os princípios perante os atores armados

Material do curso · Semana 10 : Proteger as pessoas: campos, violência sexual, crianças e ajuda prestada pelos exércitos

Programa de exatamente 3 meses (12 semanas, 144 horas) para coordenar a ação humanitária com os atores armados: princípios, atores armados e a sua cultura, Diretrizes de Oslo e MCDA, meios militares estrangeiros nos desastres, emergências complexas e missões integradas, escoltas armadas, notificação humanitária e partilha de informação, negociação do acesso, ligação e fóruns, proteção, diretrizes próprias de cada país e dilemas. Baseado nos textos públicos do OCHA e do IASC. Exercícios numéricos corrigidos, três exames mensais com estudos de caso e um diploma verificável da Academia Humanitária. Formação independente: não é o curso oficial UN-CMCoord do OCHA, para o qual remete, e não confere nenhuma certificação das Nações Unidas.

https://humanitairejobs.org/pt/academia/mini-mba-coordination-civilo-militaire/semaine-10/

Documento gratuito da Academia Humanitária. Pode ser impresso e partilhado livremente para fins de formação, sem modificações.

Semana 10 : Proteger as pessoas: campos, violência sexual, crianças e ajuda prestada pelos exércitos

Objetivos

- Defender o caráter civil e humanitário dos campos e locais de deslocados.
- Integrar a proteção, o género, a prevenção da exploração e do abuso sexuais (PEAS) e a proteção da criança no diálogo com os atores armados.
- Analisar os projetos de ajuda realizados por forças armadas e limitar os seus efeitos negativos.

O caráter civil e humanitário dos campos

Os campos e locais de deslocados ou de refugiados devem manter um **caráter civil e humanitário**: nenhuma arma, nenhum recrutamento, nenhuma presença militar no interior, separação dos combatentes. A responsabilidade principal cabe ao Estado anfitrião; o ACNUR e os atores de coordenação de campos apoiam-no.

As forças de segurança podem garantir a **segurança à volta** dos locais (patrulhas exteriores, resposta aos ataques), segundo modalidades discutidas com os humanitários e os comités de residentes. A sua presença no interior limita-se a situações precisas e acordadas.

Violência sexual, género e PEAS

Mulheres, raparigas, homens e rapazes não correm os mesmos riscos. O diálogo com os atores armados pode abordar:

- os riscos ligados às deslocações (recolha de lenha e água, postos de controlo) e as medidas para os reduzir;
- o respeito, pelas forças, da proibição da **exploração e do abuso sexuais**: as missões de paz aplicam uma política de tolerância zero, com mecanismos de denúncia;
- o encaminhamento dos sobreviventes de violência para serviços seguros e confidenciais, **sem nunca transmitir** a sua identidade às forças sem o seu consentimento informado.

Os casos individuais de violência sexual são tratados por atores especializados, segundo os seus protocolos, não nas reuniões civil-militares.

As crianças e os conflitos armados

O diálogo humanitário pode apoiar a proteção da criança: prevenção do recrutamento, libertação e reintegração das crianças associadas a forças e grupos armados, proteção das escolas. O Conselho de Segurança criou um mecanismo de monitorização e comunicação sobre seis violações graves contra as crianças (morte e mutilação, recrutamento e utilização, violência sexual, rapto, ataques contra escolas e hospitais, recusa do acesso humanitário).

A **Declaração sobre Escolas Seguras** (2015), endossada por muitos Estados, incentiva a não utilizar as escolas para fins militares. Os humanitários podem recordar estes compromissos às forças.

Quando o exército presta ajuda

As forças armadas realizam por vezes projetos de ajuda: cuidados médicos gratuitos, distribuição de bens, reabilitação de escolas, projetos de impacto rápido das missões de paz. O seu objetivo é muitas vezes conquistar o apoio da população ou facilitar a missão.

Riscos para a ação humanitária: **confusão** entre a ajuda humanitária e as operações militares; **ataques** contra os locais onde o exército construiu; projetos **não sustentáveis** ou não coordenados com os clusters; ajuda orientada por prioridades militares e não pelas necessidades.

O que os humanitários podem pedir: que estes projetos **não sejam apresentados como humanitários**, que sejam coordenados com os clusters para evitar duplicações e contradições, que respeitem as normas técnicas e que não digam respeito a locais onde os humanitários já trabalham, quando isso cria um risco.

Empresas de segurança privada e guardas

As organizações humanitárias empregam por vezes guardas não armados para as suas instalações. Recorrer a **guardas armados** ou a empresas de segurança privada armadas é uma medida de dissuasão excecional, sujeita a uma análise semelhante à das escoltas: último recurso, efeito na aceitação, controlo das regras de uso da força.

O **Código de Conduta Internacional para Prestadores de Serviços de Segurança Privada** e o **Documento de Montreux** fornecem referências úteis para escolher e supervisionar um prestador.

Exercício: a patrulha no campo

Após vários roubos e duas agressões noturnas num local de 15 000 deslocados, o exército nacional propõe instalar um posto armado no meio do local. Os comités de mulheres pedem sobretudo iluminação e patrulhas à volta das latrinas.

Proponha uma resposta que proteja os residentes e o caráter civil do local.

Elementos de correção. Recusar um posto armado no interior; propor patrulhas policiais no exterior e nas entradas, em horários acordados; instalar iluminação e latrinas separadas com fecho; reforçar a segurança comunitária não armada com os comités, incluindo as mulheres; criar um canal de denúncia confidencial; acompanhar os incidentes com o cluster de coordenação de campos e os atores de proteção.

A reter

- Campos: caráter civil e humanitário, nenhuma arma nem presença militar no interior, segurança garantida à volta.
- Proteção e género: abordar os riscos e a PEAS, nunca transmitir a identidade dos sobreviventes sem consentimento.
- Crianças: seis violações graves monitorizadas pelo Conselho de Segurança; não utilizar as escolas para fins militares.
- Ajuda militar: não a apresentar como humanitária, coordená-la com os clusters, evitar os efeitos de alvo.
- Guardas armados e empresas privadas: medida excecional, analisada como uma escolta.

Quiz

1. Num campo de deslocados, as forças de segurança devem atuar de preferência:
   A. À volta do local, segundo um acordo escrito
   B. Dentro do local, de forma permanente
   C. No registo dos residentes
   D. Nas distribuições, para manter a ordem

2. A identidade de uma sobrevivente de violência sexual pode ser transmitida às forças:
   A. Nunca sem o seu consentimento
   B. Sempre, para acelerar o inquérito
   C. Se o exército a pedir oficialmente
   D. Se a ONG considerar o caso grave

3. Quantas violações graves contra as crianças monitoriza o mecanismo do Conselho de Segurança?
   A. Quatro
   B. Dez
   C. Três
   D. Seis

4. Um projeto de ajuda realizado por um exército deve:
   A. Ser apresentado como ajuda humanitária
   B. Ser coordenado, sem se dizer humanitário
   C. Usar veículos brancos para tranquilizar
   D. Substituir os clusters nas zonas da linha da frente

5. O Documento de Montreux diz respeito a:
   A. A proteção de dados
   B. As empresas militares e de segurança privadas
   C. As escoltas da ONU
   D. Os desastres em tempo de paz e os meios militares estrangeiros

Respostas do quiz : 1. B · 2. C · 3. A · 4. D · 5. B